

O RELUZIR DA ORDEM
E DA DISCIPLINA

*Práticas de Instrução
Pré-militar no Atheneu
Sergipense (1909-1946)*

Conselho Editorial Educação Nacional

- Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
Prof. Dr. Lucídio Bianchetti – UFSC
Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp
Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

- Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



Rosemeire Marcedo Costa

O RELUZIR DA ORDEM
E DA DISCIPLINA

Práticas de Instrução
Pré-militar no Atheneu
Sergipense (1909-1946)

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Rosemeire Marcedo

O reluzir da ordem e da disciplina : práticas de instrução pré-militar no Atheneu Sergipense (1909-1946) / Rosemeire Marcedo Costa. – 1. ed. – Campinas : Mercado de Letras, 2020. – (*Uma Casa de Educação Literária : 150 anos do Atheneu Sergipense*)

Bibliografia

ISBN 978-65-86089-20-2

1. Brasil. Escola Militar – História 2. Educação 3. Educação militar
4. Sergipe – História I. Título II. Série.

20-43356

CDD-355.007

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino militar : Ciência militar 355.007

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
imagem de capa: Atheneu Sergipense, acervo do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: da autora
bibliotecária: Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

Esta obra contou com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital n. 7/2019, Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), processo n. 88881.359550/2019-01.

Apoio:

Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Secretaria de Estado da Educação, do Esporte
e da Cultura do Estado de Sergipe (SEDUC-SE)
Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 0

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

A João Francisco, como uma espécie de berança.
A Nycolas Menezes, pela cumplicidade e incentivo.
A Rosinha e Domingos, dois sertanejos,
que conhecem bem o sentido da expressão – luta.

Escrever a história é mais do que realizar uma exposição de achados. É o efeito de uma transformação pela qual passamos enquanto sujeitos que nos assumimos e assumimos os riscos presentidos na escrita. É dialogar, não exatamente com os outros, mas com nosso próprio pensamento. Por esse motivo, escrever é tão [...] perturbador. (Clarice Nunes, História da educação: espaço do desejo, 1990)

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho, concebido originalmente como tese de doutorado, só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas queridas que se envolveram de diferentes formas na condução da pesquisa. Neste sentido, agradeço:

- *a Dr^a Eva Maria Siqueira Alves, que tornou possível a concretização desta obra, da pesquisa orientada à publicação;*
- *a Nycolas Menezes, meu amado esposo, pelo apoio irrestrito nas minhas escolhas, seja no campo pessoal ou na vida acadêmica;*
- *aos amigos Péricles Andrade e Fábio Alves, grandes incentivadores na minha caminhada de pesquisa;*
- *a Simone Paixão e a João Paulo Gama que não medem esforços para me auxiliar no campo da produção acadêmica;*
- *aos amigos “das Alagoas” (estudantes e professores), que me acolheram de forma muito calorosa ao longo de quase seis anos.*
- *aos meus irmãos, Marcos, Robério e Horácio que desde muito cedo entenderam o meu entusiasmo pelos estudos e a consequente mudança para a capital. Obrigada por me apoiarem nas pequenas e grandes coisas!*
- *aos meus sobrinhos, Gabriel, Glenda, Lavinia, Clara, Cadu, Cecília e Isadora. Agradeço por serem minhas fontes de renovação das energias!*
- *aos primos Igor e Lara Macedo que souberam, com muita generosidade, dividir o amor de tia Valdelice comigo e com João Francisco, durante a produção da pesquisa e sempre. Obrigada pelo carinho!*
- *a Clotildes por sempre me incentivar na caminhada da formação profissional e por me instigar no campo da pesquisa.*
- *as amigas Juliana Fontes e Thaty Soares, agradeço a incondicional ajuda em todas as esferas da vida e não só no âmbito da academia.*

LISTA DE SIGLAS

CEMAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense

IPM – Instrução Pré-Militar

CIP – Centro de Instrução Pré-Militar

EIMP – Escola de Instrução Militar Preparatória

EIPM – Escola de Instrução Pré-Militar

IRTG – Inspetoria Regional de Tiros de Guerra

LDN – Liga de Defesa Nacional

28 BC – 28º Batalhão de Caçadores

TG – Tiro de Guerra

SUMÁRIO

PREFÁCIO.	11
<i>Cynthia Greive Veiga</i>	
LANÇANDO LUZES SOBRE UM OBJETO DE PESQUISA	15
Capítulo I	
INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: SIGNIFICADOS E DESTINATÁRIOS	43
Capítulo II	
AS PRÁTICAS DOS INSTRUTORES MILITARES NO ATHENEU SERGIPENSE	81
Capítulo III	
OS GUIAS DA INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: MANUAIS DIDÁTICOS.	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	165

PREFÁCIO

Incutir na juventude a disciplina, o patriotismo e o espírito militar

Por meio dessas palavras, Rosemeire Marcedo Costa introduz os propósitos da disciplina Instrução Pré- Militar, implementada no Brasil no período de 1909-1946, em todas escolas secundárias públicas e particulares, para atender a Lei do Alistamento e Sorteio militar n. 1.860, de 1908, a ser frequentada obrigatoriamente por adolescentes de 16 anos. Em específico, a autora investiga a sua implantação para os alunos do Atheneu Sergipense, instituição de ensino de muito prestígio no Sergipe. É uma história que nos conta sobre a militarização da escola pública, portanto, não há como não nos desprendermos do presente, uma vez que, em 05 de setembro de 2019, o atual governo federal, em demonstração retrógrada, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O livro de Rosemeire, totalmente oportuno, nos possibilita a refletir historicamente sobre a pedagogia militar, seus propósitos e efeitos na formação e educação de adolescente e jovens.

Os atributos de disciplina, patriotismo e espírito militar, ganharam contorno especial no período em questão, quando,

não somente avançavam os sentimentos nacionalistas, mas, principalmente, foi o momento em que, a sólida civilização europeia se desmanchava perante a barbárie de duas guerras mundiais, que somaram algo em torno de 90 milhões pessoas mortas. Para isso, adolescentes e jovens, de todos os países, foram chamados para defenderem as “suas pátrias”.

Pátria e guerra, são artifícios de pessoas adultas, gerados politicamente para ampliar o poder econômico, pois, antes de tudo, em nome das pátrias, as guerras geram lucros esplêndidos. Por outro lado, a preparação de jovens para defesa nacional, revela a cruel covardia dos adultos. Contudo, esses fatos são dissimulados por meio de estratégias pedagógicas historicamente muito bem definidas, direcionadas para formar o que chamam de “espírito militar”. A educação militar busca demarcar uma identidade elitizada, não do ponto de vista de origem social, mas na perspectiva do indivíduo ou grupo, supostamente formado por humanos superiores, em diferenciação ao “mundo civil”. Para isso inventou-se um rol de simbologias que visam empoderar o grupo militar, ao distanciá-lo hierarquicamente dos demais, além de criarem para si mesmos, supostas funções salvadoras.

Mas, por que jovens? Além da condição física, a vulnerabilidade dos adolescentes, em processo de elaboração da sua autonomia, se apresenta como condição ideal para que a educação militar se estabeleça. Por isso, a educação militar é paradoxal. Ao mesmo tempo em que as atividades desenvolvidas possibilitam um protagonismo juvenil, fundamental para formação adolescente, lhes ceifam a vida. A marca da pedagogia militar é dar visibilidade permanente aos jovens, explorando suas sensibilidades em diferentes dimensões, a saber, estéticas: expressa nos uniformes, formação em pelotão, canto de hinos, hasteamento de bandeira, desfiles em festas cívicas; afetivas: defesa da Pátria e lealdade a corporação; físicas: corpos masculinos definidos, esportes, acampamentos, competição, e, ainda nas dimensões de poder: uso da violência, manejo e porte de armas. Esse modelo de

pedagogia, entretanto, ao contrário de uma aparente generosidade dos adultos para com adolescentes e jovens, favorece a elaboração de identidades sociais fantasiosas, ou, na análise de Elias, atualiza “crenças grupais”, totalmente descontextualizadas, mas que acabam por justificar a disciplina opressora que fundamenta a educação militar, pois voltada para a submissão.

Por sua vez, como demonstra Rosemeire, a militarização das escolas públicas não ocorreu de modo harmônico, os jovens, tidos como “maus elementos”, não raro, se rebelavam contra os instrutores militares. A autora, descreve ainda o processo de organização das atividades de instrução militar e suas mudanças no tempo, bem como as práticas escolares que dão sustentação a rotina disciplinar da obediência. No último capítulo somos brindados com a análise de dois importantes manuais escolares, direcionados especificamente para o treinamento pré-militar, e com ampla divulgação nos jornais brasileiros da época. Trata-se do “Manual de Instrução Pré-Militar (de O Livro da Juventude)”, de 1940, escrito pelo capitão Moacyr Fayão de Abreu Gomes e “Ensino Pré-militar”, de 1945, do Pe. Avelino Canazza. Como o leitor poderá observar, o estudo desses manuais nos instiga a refletir sobre o significativo alcance da ideologia pedagógica militarista no Brasil da época, e que ainda perdura.

Para a elaboração da pesquisa, a autora se valeu de documentos em diferentes acervos, mas principalmente do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), centro primorosamente organizado sob a coordenação da professora Eva Maria Siqueira Alves, desde 2005. O CEMAS possui um riquíssimo acervo documental e lá, a autora encontrou, entre outros, “ofícios recebidos e expedidos pelos diretores e pelos instrutores militares, listagem de alunos, relatórios de notas, registros de ocorrências, telegramas, mapas de notas, convites, comunicados”. É com paixão de historiadora que Rosemeire nos relata seu contato com esses documentos, e, quando menos esperamos, nos vemos abrindo as caixas com ela.

Para a análise das fontes e problematizações, a autora dialoga, com propriedade, com um conjunto de autores importantes da história cultural, são eles, Andre Chervel, Roger Chartier e Michel de Certeau, bem como da sociologia, com Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Mas também arrola expoentes da história da educação que tratam do tema. Contudo, como Rosemeire lembra, ainda pouco explorado no campo da história, desse modo, sua pesquisa é uma contribuição fundamental. Importante destacar, na trajetória de qualquer pesquisador a possibilidade de debates coletivos em grupos de pesquisa, no caso, o Grupo de Estudos Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem.

Além do já dito, o convite que faço para a leitura desse livro, é pleno de outras motivações: escrita agradável, pesquisa documental diversificada, o texto suscita muitas questões para discutirmos a relação entre militarismo e educação; mas também pelo fato de compor a Coleção “Uma Casa de Educação Litarária:150 Anos do Atheneu Sergipense”, pois, nesse ano de 2020, o Atheneu comemora seu sesquicentenário.

Aos leitores e leitoras, deixo aqui, a minha convicção de que não podemos largar a mão da História. Mais especificamente, no âmbito do nosso contexto político, em meio a proposições educacionais retrógradas, pautadas por ideologias obscuras, corte de verbas e militarização da escola pública, não podemos largar a mão da História da Educação.

Professora Cynthia Greive Veiga
Belo Horizonte, fevereiro de 2020.

LANÇANDO LUZES SOBRE UM OBJETO DE PESQUISA

Esta obra é resultado de minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2018. Trata de uma temática que merece o olhar aguçado dos pesquisadores da História da Educação em Sergipe, principalmente no que diz respeito às relações estreitas entre os militares e a educação, até então pouco pesquisadas no Estado, ao menos, de maneira mais direcionada. Para esse estudo a atenção foi voltada às práticas de instrução pré-militar na escola civil pública Atheneu Sergipense.

Faz parte do imaginário popular brasileiro certa afeição por cerimoniais militares – há os adeptos do fardamento, há empolgação em torno dos desfiles, certo apreço às armas, há sentimentos despertados pela presença de um soldado, dentre outras tantas questões. Claro que nem sempre isso é explicitado. Independentemente das afeições manifestadas publicamente ou não, o Brasil é um país com uma forte identidade com as forças militares, dados os diferentes momentos de intensa participação na consolidação da política nacional, desde o processo da proclamação da República até os terríveis anos de Ditadura Militar.

Em fevereiro de 2018, quando apresentei e defendi o trabalho de pesquisa na Universidade Federal de Sergipe, ali já

se via um movimento em torno da candidatura a presidente da República de um sujeito ligado ao Exército brasileiro. Julguei uma infeliz coincidência o texto ser produzido naquele ano, pois não queria que o verbete militar ganhasse mais força nas plataformas de pesquisa. Além disso, não queria sofrer as discriminações típicas dos acadêmicos que julgam que quem se interessa por estudar militares é entusiasta de regimes autoritários e ditatoriais. Ao contrário, entendo que é preciso lançar luz sobre a dita presença militar nos espaços escolares, para melhor entendermos como determinadas ideias chegam até crianças e jovens nos mais diferentes períodos da história.

Com as manifestações populares de 2016 e os grupos nas ruas de dois lados opostos da política, era possível identificar entusiastas de um projeto de governo ligado à perspectiva militar, mas não se imaginava que dois anos depois o povo fosse fazer uma escolha tão pouco amadurecida (sendo bem generosa!) por alguém sem a menor condição de governar o Brasil, em toda e qualquer perspectiva da gestão pública. Infelizmente, o que era temido por nós, os que defendem a democracia e o exercício pleno da cidadania, configurou-se realidade e as urnas deram um mandato a um sujeito ligado ao Exército, que tem se esmerado em retroceder muito em conquistas e pautas sociais que nos foram muito caras e representaram intensas e sangrentas lutas do povo brasileiro. O que nos resta é seguir na resistência e na luta!

Cabe fazer esse esclarecimento, porque tomei certo desgosto pelo trabalho produzido na universidade para obtenção do título de doutora e, claro, publicá-lo não estava em meus planos. Então, por que o faço agora? Depois de muito refletir, compreendi que é preciso tratar de uma presença militar nas escolas civis. Uma presença forte e marcante em um longo período de 38 anos, pelo menos em termos de legislação nacional, e, claro, deixou profundas marcas na escola.

O ano de 2020 tem um importante marco na história da educação em Sergipe, que é o Sesquicentenário do Atheneu

Sergipense. Esta obra compõe a Coleção “Uma Casa de Educação Literária: 150 Anos do Atheneu Sergipense”, para ajudar os sergipanos a entenderem o lugar que ocupou a “cultura militar” naquela instituição de ensino, mesmo que ainda não seja de maneira aprofundada.

Neste estudo investiguei as práticas de Instrução Pré-Militar desenvolvidas no Atheneu Sergipense no período de 1909 a 1946, em Aracaju –SE, mostrando que a atuação dos instrutores do Exército cumpria um importante papel no preparo dos jovens para a defesa nacional, naquela escola civil de formação secundária da juventude sergipana. Embasada nos postulados teórico-metodológicos da História Cultural, procurei conciliar as categorias analíticas de disciplinas escolares de Chervel (1990) e cultura material escolar de Felgueiras (2010), identificando os elementos constitutivos da IPM na legislação, nos indícios das práticas do Atheneu Sergipense e nos manuais didáticos que localizei. Os pressupostos metodológicos de Chartier (1988[1990]), Certeau (1980[2011]) e Elias (1992[1997]) me ajudaram a identificar as práticas, as representações e as configurações do trabalho dos militares naquele estabelecimento de ensino, partindo da normatização até a publicação dos manuais didáticos da IPM.

Referir-se à instituição como Atheneu Sergipense é o modo mais comum e a forma que mais se conhece a escola no Estado, mas no decurso de 150 anos de existência recebeu diferentes denominações: “Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970) e atualmente Colégio Estadual de Sergipe Atheneu Sergipense – Centro de Excelência (desde 2003)” (Alves 2005, p. 81). Nesta obra, usarei Atheneu Sergipense, salvo em casos de transcrição de documento.

Criado em 1870, no governo do Tenente Coronel José Cardoso Júnior tornou-se importante instituição de ensino

secundário de Sergipe e ganhou fama por preparar uma quantidade significativa de intelectuais e agentes públicos que receberam sólida formação naquela “casa de educação literária” (Alves 2005). Na sua condição de escola civil secundária seria de estranhar a adesão imediata ao projeto de oferta de Instrução Pré-militar logo no ano seguinte à publicação da Lei do Alistamento e Sorteio Militar nº 1. 860, de 4 de janeiro de 1908, em que era exigida tal oferta. Mas há de se observar que o ideário de educar e preparar o jovem para defender a nação estava em pauta naquele momento e que esse processo deveria iniciar na escola, ganhando importante contorno nos primeiros anos da República, especialmente cunhado nos preceitos do nacionalismo. À escola cabia permitir aos alunos que conhecessem os valores militares antes de frequentar uma unidade militar. Pelo fato de ocorrer essa aproximação no espaço escolar, talvez se desse de forma mais “amigável” que no quartel. A ideia que prevalecia não era somente a da constituição de exércitos profissionais para a defesa, mas a preparação de todos os indivíduos. Assim, os alunos do Atheneu Sergipense, escola civil pública, eram um potencial alvo.

O trabalho desenvolvido pelos instrutores militares no Atheneu Sergipense despertou para alguns questionamentos que norteiam o curso dessa investigação, quais sejam: como se configurou a disciplina IPM no Atheneu Sergipense? De que forma a escola se apropriou das práticas militares? Quais as principais características da IPM? De que forma se deu a atuação dos instrutores militares junto aos alunos na EIPM no Atheneu Sergipense? Que conteúdos eram tratados e com quais objetivos? Como foram representadas as expectativas dos alunos em relação às práticas de IPM no Atheneu Sergipense? Como se configuraram as relações entre o Exército e o Atheneu Sergipense? O que significava, efetivamente, preparar os jovens para a defesa nacional?

Essas questões lançadas ao objeto deram luz à análise e interpretação sobre o papel da Instrução Pré-Militar no contexto histórico. O objetivo desse livro é analisar as práticas dos

instrutores militares na Escola de Instrução Pré-Militar, anexa ao Atheneu Sergipense, no período de 1909 a 1946; compreender a institucionalização da Instrução Pré-Militar no Brasil, focando em uma escola civil de ensino secundário e identificar as práticas desempenhadas pelos instrutores militares no Atheneu Sergipense.

O interesse por investigar esse tema surgiu não só da curiosidade em torno de uma “presença militar” nas escolas civis como também pelo valor acadêmico de discutir sobre a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense, uma vez que não se tinha registro de pesquisas sobre o tema específico. Considerando que nas duas últimas décadas temos assistido a acentuada adesão de estudiosos da história da educação a temas que pareciam não despertar tanto interesse há anos atrás, investiguei a ação dos militares no Atheneu Sergipense com a clareza de que ainda há muito a ser estudado acerca da relação entre Estado, Exército e Educação, especialmente na primeira metade do século XX.

Os estudos brasileiros que se dedicam a analisar as relações entre o Estado e o Exército são quase sempre adotados pela via política, partindo-se dos marcos temporais de 1889, 1930 e 1964. No entanto, a preocupação com o Exército e a sua inserção na escola secundária brasileira ainda é incipiente e, se considerarmos a área de história da educação, precisam ganhar maior fôlego para se tornarem mais expressivos.

É comum entre os pesquisadores que a escolha de seus temas e objetos de investigação tenham ligação direta com suas áreas de formação inicial. No meu caso, não sou da área e nunca realizei nenhum tipo de serviço no campo militar, mas fui movida pelas fontes localizadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS),¹ a definir a Instrução Pré-Militar no

1. O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) foi criado em 2005, “com o objetivo de salvaguardar as fontes históricas do Atheneu Sergipense, parte significativa da história da educação de Sergipe” (Alves 2015, p. 23). Seguindo as normas da organização de arquivos, os documentos estão organizados pelos períodos de 1848 a 1990. Atualmente está funcionando na

Atheneu Sergipense como objeto de pesquisa, visto que percebi um silenciamento sobre a temática. Deparar-me com os documentos que remetem às investidas militares no campo da educação em Sergipe conduziu-me a um investimento de conhecer a pluralidade da anunciada “presença militar” naquela instituição de ensino. Este estudo assume um caráter de originalidade, quando tomo a IPM como objeto da história da educação, investigando os contornos das práticas militares em uma escola civil de maior destaque na sociedade sergipana.

Nesta obra mostro que a escola servia para iniciar a preparação militar, por ser um espaço que congregava o público do serviço militar obrigatório, contribuindo para reforçar a importância da formação da juventude para a defesa nacional. Assim, as experiências de preparação dos corpos e mentes dos jovens eram justificadas no objetivo maior de defesa da nação. A IPM reforçava o rol das “forças morais” que ajudariam na organização do Estado, principalmente por inculcar na juventude a disciplina, o patriotismo e o “espírito militar”.

O estudo utilizou como período de investigação científica 1909 a 1946, porque era determinada na Lei do Alistamento e Sorteio militar nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, a obrigatoriedade das escolas secundárias públicas e particulares do país, equiparadas ou em inspeção permanente ofertarem Instrução Pré-militar. Embora compreendam 38 anos de continuidades e descontinuidades, disputas de poder e outros aspectos, consiste nas práticas educacionais, englobando aqui instruções, disciplina e práticas militares, promovidas no Atheneu Sergipense. É importante notar que logo após a publicação da lei que obrigava as escolas secundárias do país a ofertarem a Instrução Pré-Militar, os dirigentes daquele estabelecimento de ensino cuidaram para atender às determinações legais, seja para garantir equiparação ao Colégio

Escola Estadual Leandro Maciel, visto que o Atheneu Sergipense passa por uma reforma em suas instalações físicas.

Pedro II, como previsto na legislação, seja por entendimento de que o decreto era para ser cumprido, ou mesmo por entusiasmo com a escola militarizada.

Coadunando com um ideário maior de defesa da nação e de preparo da juventude patriótica brasileira, decretos, leis e regulamentos foram baixados visando atender tal projeto de nação e ajustar a obrigatoriedade da preparação militar, exigida com a explícita intencionalidade de demarcar o lugar do Exército na educação brasileira. No ano de 1946 foi decretado, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o encerramento oficial da obrigatoriedade da Instrução Pré-Militar em todo território nacional, através do Decreto-lei nº 9.331, de 10 de junho de 1946, que já em seu Art. 1º determina: “ficará extinta, a partir de 1947, em todo o Território Nacional, a Instrução Pré-Militar de que trata o artigo 20 do Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942” (Brasil 1946).

Apesar de a Lei do Sorteio Militar de 1908 estabelecer a necessária preparação da juventude para a defesa da nação desde o ano em que entrou em vigor, foi com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 que os militares parecem ter despertado mais para o problema da falta de preparo dos brasileiros para a guerra. Azzi e Grijp (2008) acreditam que aquele foi o momento em que mais se defendeu a aplicação da lei que criou o serviço militar obrigatório e, com ela, também a obrigatoriedade de as escolas civis² ofertarem a Instrução Pré-Militar aos alunos maiores de 16 anos de idade. Assim, eram necessárias uma intensa campanha e uma boa propaganda para defender aquele ideário, diz o autor. As vozes que melhores ecos provocassem entre os jovens seriam bem-vindas para a difusão do projeto. O primeiro nome a ser pensado e que declinou do convite, segundo Azzi e Grijp (2008), foi o do

2. Ênfase que se trata de prestar a Instrução Pré-militar em escolas civis, porque na rede de escolas militares as práticas de ordem unida, instrução de tiro e conhecimentos dos patronos e da hierarquia militar é lugar comum para os quadros discentes.

então professor de Direito e deputado Gilberto Amado.³ A voz que iria enaltecer a Instrução Pré-Militar e fazer ganhar força foi a de Olavo Bilac,⁴ que saiu pelo Brasil afora pregando que os jovens abraçassem a causa da defesa nacional. Para ele, era preciso um considerável envolvimento dos cidadãos naquela obra, e, se preciso fosse, o cidadão deveria pegar em armas.

Para compor a história dos jovens alunos da IPM no Atheneu Sergipense segui pistas e, nos moldes do que nos instiga Ginzburg (2006[2007]), procurei indícios de que a Instrução Pré-Militar no Atheneu foi um projeto que vingou do ponto de vista da oferta, das atividades e dos resultados, afinal, localizei fontes que cobrem todo o período em que era obrigatória a IPM nas escolas secundárias do país. Submeti-me à leitura dos documentos, tentando decifrar um universo totalmente desconhecido e complexo e que merece investigação, portanto.

As fontes foram localizadas nos acervos do CEMAS, da Biblioteca Pública Epifânio Dória, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Arquivo Interno do 28º Batalhão

-
3. Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria nasceu em Sergipe (Estância) em 7 de maio de 1887 e morreu no Rio de Janeiro de 1969. Em seu livro *Histórias de minha infância* relata passagens de um colégio interno que estudou em Aracaju-SE, reportando-se a práticas de um garoto tido como “chefe dos menores” que “Sob suas ordens, passávamos noites de pé montando guarda como ‘soldados’, com espingardas de cabo de vassoura no ombro, e como sentinelas, andando para lá e para cá, prendendo e torturando ‘prisioneiros’, no brinco de batalhão de que era ‘comandante’. Fazia-nos marchar, marcar passo, dar cargas de infantaria, cavalaria, montados uns nos outros. Organizava batalhas, batíamos uns nos outros, contundíamos-nos. [...] Muitas vezes o vi punir de madrugada, menino que faltava à disciplina ou que não cumprira qualquer ordem de ‘soldado’ (Amado 1999, pp. 164-165). O advogado, intelectual e político Gilberto Amado foi objeto de estudo na dissertação de Cavalcante (2009) intitulada “Em frente ao espelho, recompondo e compondo cacos de si: a intelectualidade e memória de Gilberto Amado”.
 4. O poeta Olavo Bilac defendia o serviço militar como demonstração de amor à pátria e destacava o “quartel como uma escola de civismo”. Em 1916, foi criada a Liga de Defesa Nacional e naquele mesmo ano aconteceu o primeiro sorteio para o serviço militar.

de Caçadores.⁵ É importante salientar que os documentos mais usados para a realização dessa “operação historiográfica” foram os localizados no CEMAS, o que justifica a organização, salvaguarda e cuidado que se deve ter com os arquivos escolares, que tem sido objeto de interesse de estudiosos da história da educação nos últimos anos. Nas caixas e pacotilhas localizadas no referido Centro encontrei ofícios, telegramas, programas de estudo, convites, listagem de alunos, além de relatórios de instrutores militares.

Na definição do objeto, nas escolhas do espaço e do período para estudar surgiu a IPM para alunos do Atheneu Sergipense a partir de 1909. Das muitas caixas localizadas no CEMAS, iniciei um capítulo e reconduzi os meus pensamentos para contar a história da “presença” militar na escola pública de maior reconhecimento pelos serviços prestados e que funciona em Aracaju até os dias atuais.

Iniciei o trabalho consultando os guias de fontes no CEMAS e me deixando, de algum modo, seduzir pelo objeto. Evidentemente, com o cuidado de cumprir o que nos alerta Nunes (1990): “a história é uma aventura que nos mobiliza no sentido de construir um conhecimento que não aparte a imaginação do rigor” (Nunes 1990, p. 37). Assim, entre caixas e pacotilhas, cuidadosamente nominadas, a Instrução Pré-Militar se constituiu no meu objeto de estudo. Estudar a história da Instrução Pré-Militar em escolas civis, especialmente naquela instituição de ensino que foi e ainda é referência em Sergipe me pareceu, desde o primeiro momento, algo desafiador e, ao mesmo tempo, instigante.

Na historiografia educacional brasileira há certos períodos e temas que despertam maior interesse dos estudiosos e outros permanecem nas sombras, talvez pelo receio de penetrar no “tempo proibido” (Nunes, 1990). Investigar a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense me permite apanhar a pluralidade de entendimentos existentes sobre as práticas militares naquela

5. O Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921, criou o 28 BC, que começou a funcionar em 11 de julho de 1922.

instituição. Souza (2000) mostra que as tendências da história da educação filiadas à história cultural devem realizar um reexame das relações entre a educação e a cultura, indicando uma cuidadosa atenção aos processos vividos no interior da escola. No artigo que trata da militarização da infância são examinadas as práticas de natureza patriótica e cívico-militar que predominaram na escola primária no início do século XX.

Com a ampliação do campo da história da educação também se expandiu o interesse por fontes diversificadas, e o grande desafio que tem sido posto aos investigadores da área é o de preservação e conservação documental. Assim, os pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem têm realizado, através do CEMAS, um importante trabalho neste sentido, para manter e preservar a documentação localizada a partir dos estudos produzidos. A pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves, quando elaborou sua Tese de Doutorado em 2005, não se restringiu a usar as fontes disponíveis sem se preocupar com o destino dado aos documentos localizados, ao contrário, procurou estruturar o CEMAS e dar oportunidade de pesquisa a outros estudiosos. Organizar arquivos escolares e centros de memória, localizar, catalogar e socializar documentação, elaborando guias e inventários tem sido um desafio posto à história da educação e que foi abraçado há mais de uma década pelo referido Grupo de Pesquisa.

A contribuição do referido Grupo de Pesquisa em termos das produções científicas é muito significativa para o campo da história da educação em Sergipe, especificamente sobre disciplinas escolares, que é onde se insere a presente obra. As disciplinas que compuseram o currículo prescrito do Atheneu Sergipense receberam os olhares críticos dos seguintes pesquisadores: Alves (2014) em “A Geografia e uma história: a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908”; Guimarães (2012) em “Do ponto a forma: disciplina no Desenho no Atheneu

Sergipense (1905-1930)”; Santos (2012) em “‘Amai a pátria’: o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (Década de 70 do século XX)”; Souza (2011) em “Uma História da Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943)”; Santos (2010) em “Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)”; Farias (2009) em “Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina entre os anos de 1944 e 1949” (Alves 2016, p. 46). Além desses, outros trabalhos foram produzidos utilizando os documentos preservados no CEMAS.

Recorro a Nunes (1990) em seu artigo “História da educação: espaço do desejo” para refletir sobre o lugar que os arquivos ocupam na construção das pesquisas em educação:

O impacto dos arquivos sobre a nossa sensibilidade empurra-nos, sem misericórdia, para a tessitura da vida. Os arquivos também nos invadem, embaralhando nossas fantasias, nossas imagens-reminiscência de uma infância distante e até nossas horas de sono. Enquanto dormimos, as vozes masculinas e femininas dos arquivos passam a soar desconcertantes em nossas cabeças. Aqueles rostos, que abandonam as gavetas, vêm abrigar-se em nossos sonhos, atrapalhando enredos, virando-nos do avesso. Teríamos ousado penetrar num tempo proibido? (Nunes 1990, p. 38)

Ao fazer este exercício, fica evidenciada a necessidade de o poder público criar leis que colaborem para a preservação da memória nacional, apoiando de forma mais efetiva a pesquisa. Assim, compreendo que é meu papel analisar a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense, narrando parte da história de seus agentes sociais, mesmo que fiquem muitas questões sem resposta neste livro.

O trajeto metodológico

Ao seguir as pistas da IPM localizei estudos que se aproximaram da educação e da cultura militar, realizando trabalhos comparativos entre Brasil e Portugal e localizando a Instrução Pré-Militar, principalmente, em um amplo campo que merece ser investigado. O exemplo das pesquisadoras Claudia Alves e Maria de Araújo Nepomuceno, organizadoras da obra *Militares e educação em Portugal e no Brasil*, publicado em 2010, é ilustrativo do investimento em “uma temática de estudos ainda pouco explorada na investigação educacional” (Alves e Nepomuceno 2010, p. 9), segundo as organizadoras. Encontrei pesquisas que mencionam a Instrução Pré-Militar como uma prática exercida na escola com os mais variados objetivos, desde os de apoio à formação de uma juventude patriótica capaz de defender a sua pátria, até a perspectiva de reforçar o ideário do exército no espaço escolar, como forma de demarcação de poder daquela instituição.

Nessa busca por fontes, adotei algumas estratégias para encontrar os livros, os artigos, as dissertações e teses: a principal foi a de lançar diferentes palavras-chave, uma vez que a busca por meio das expressões “Escolas de Instrução Pré-Militar” e “Centros de Instrução Militar Preparatória” não havia rendido um bom número de publicações que ajudasse a pensar e definir melhor o meu trabalho. Procurei estudos em diferentes áreas do conhecimento, não restringindo à História ou História da Educação, mas ampliando para as Ciências Sociais e a Geografia Humana, além da área de Direito. Ao fazer isso, associado ao fato de ampliar as palavras-chave, acrescentando expressões como “educação e militarismo”, “militares e educação no Brasil”, localizei alguns estudos que mesmo não tendo a Instrução Pré-Militar como objeto de principal de análise, ela era mencionada.

A IPM teve seu próprio curso de evolução, segundo Férrer (2000). Em sua concepção, ela era entendida como uma das

“gradações” do preparo militar dos jovens e depois, também, da própria infância. Por intermédio dela introduzir-se-iam as primeiras noções da formação militar, além disso, em última instância, destinava-se à organização, ao disciplinamento e à inculcação da consciência patriótica nas novas gerações, constituindo-se, desse modo, em uma porta aberta à participação que o Exército teria na educação brasileira.

Após a Primeira Guerra Mundial, a criação de movimentos e campanhas com o explícito objetivo de elevação moral e política, o fim do analfabetismo e o serviço militar obrigatório provocaram uma efervescente adesão aos preceitos do nacionalismo. Souza (2000) acredita que a associação entre educação cívica e nacionalismo facultou o entusiasmo pelo escotismo e a sua implantação em massa na instrução pública paulista. Fato que ilustra bem o surgimento de determinadas práticas escolares e as suas dimensões. Destaca que, na década de 1920, a educação militar se revitalizou em São Paulo, mediante a introdução obrigatória do escotismo e da linha de tiro⁶ nos currículos escolares. Medida tomada por Sampaio Dória, membro da Liga Nacionalista de São Paulo, que respondia pela reforma da instrução pública paulista.

Jorge Ramos do Ó (2003) analisa o funcionamento do grupo escoteiro do Liceu Pedro Nunes e da Sociedade de Instrução Militar Preparatória, que funcionou em estreita relação com o Liceu Português na década de 1910. O autor entende que a escola liceal moderna em Portugal buscou incitar no aluno a disciplina ou transformar sua alma, corpo, pensamento e conduta por meio da autovigilância constante. Nesta medida, tanto o escotismo quanto

6. “De acordo com o Decreto nº 3.355, de 27 de maio de 1921, que regulamentou a Reforma da Instrução Pública, todos os alunos matriculados nas escolas públicas seriam considerados aspirantes a escoteiros. Para ser inscrito escoteiro era preciso ter idade mínima de 10 anos, a deliberação pessoal espontânea para a instrução e o consentimento dos pais por escrito. Os professores de Ginástica seriam os instrutores do escotismo. As linhas de tiro destinavam-se aos alunos maiores de 16 anos das escolas normais, ginásios ou escolas profissionais” (Souza 2000, p. 112).

a instrução militar preparatória fariam parte desse movimento pedagógico de difusão da tecnologia do “governo de si mesmo”.

A dissertação de mestrado de Juraci Santos, defendida em 2009 na Universidade Federal do Paraná, apresentou estudo sobre o internato do ginásio paranaense no período de 1919 a 1942 com a análise da Instrução Pré-Militar naquele internato. O autor justifica os motivos pelos quais não discutiu sobre o tema juntamente com as demais disciplinas escolares, porque os dados levantados não o permitiram classificar as práticas de Instrução Pré-Militar como uma disciplina. Ele a classifica como um curso ofertado aos alunos maiores de 16 anos. Afirma que no internato paranaense, as disciplinas do currículo seriam as responsáveis pela formação intelectual da juventude e as aulas de Instrução Pré-Militar estariam a serviço do conhecimento prático. Mas foi em seu artigo intitulado “Matéria escolar ou disciplina escolar: uma reflexão sobre a Instrução Pré-Militar no Estado Novo (1937-1945)” que Juraci Santos afirmou que naquele momento a instrução militar foi uma disciplina escolar, porque ela tinha diretrizes pedagógicas, e nelas o Ministério da Guerra “apontava a finalidade da disciplina, os conteúdos, a metodologia e como deveriam ser os testes de verificação” (Santos 2009, p. 11).

Paula (2006), na dissertação intitulada “O que a escola começa, o Exército continua”: a campanha de nacionalização durante o Estado Novo nos Núcleos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul, defendida na Unijuí, informa o que é a Instrução Pré-Militar no projeto de nacionalização no contexto do estado novo, mas não se dedica a explorar as práticas de instrução, o que se constituiu minha maior pretensão neste livro para entender os tipos de atividades que eram desenvolvidas no interior do Atheneu Sergipense.

Ao estudar o Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia, Jesus (2011) dedicou atenção à Instrução Pré-Militar em sua dissertação defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A pesquisadora fez um contraponto com

os estudos de José Silvério Baía Horta, mas não se deteve nas características da instrução da escola investigada.

Nessa investida, também localizei o artigo publicado em 2015 pela Revista *online* História da Educação, intitulado “Um modelo *sui generis*: las escuelas de formación pre-militar y milita em España (1912-1936). Estudio particular de lo acontecido em las Islas Canarias”, dos pesquisadores Manuel Ferraz-Lorenzo e Victor Alonso-Delgado. Os autores cunharam a ideia de que o modelo das escolas pré-militares e militares, apesar de sofrerem profundas variações no tempo, devido à adaptação aos vários governos, conservava uma invariável característica: “introduzir os jovens no ambiente do exército, instruindo-os em suas práticas e táticas, em seus dogmas católicos – exceto no período republicano – e no espírito corporativo da instituição” (Ferraz-Lorenzo e Alonso-Delgado 2015, p. 113).

O que se observa é que no Brasil e em Sergipe, especificamente no Atheneu Sergipense, esses pontos elencados também são perceptíveis. As fontes analisadas revelaram que a preocupação em cunhar na juventude o “espírito militar”⁷ era o que os instrutores militares perseguiam, especialmente quando encontravam alunos que apresentavam atitudes contrárias aos seus preceitos. Tanto nas experiências de pesquisa de Ferraz-Lorenzo e Alonso-Delgado quanto nos estudos no Brasil, o modelo foi apresentado como modernização educacional, isso ajudava na sua aceitação entre os civis.

No artigo “As disposições interiorizadas nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória”, Brás e Gonçalves (2009) informam que o objetivo dessas sociedades era promover a cultura cívica, intelectual e física dos jovens em Portugal. Destacaram a importância política e cultural das práticas de instrução, reforçando

7. É o “processo de construção da identidade social do militar”. Nele se aprende “valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (Castro 2004, p. 15).

o ideário de que “o cidadão ideal é formado de modo a ser capaz de defender a comunidade pelas armas e ao mesmo tempo sentir-se ligado emocionalmente” (Brás e Gonçalves 2009 p. 113). Essa perspectiva de “nação em armas”⁸ também foi muito intensa no Brasil e buscava preparar a juventude para a guerra, se necessário.

Em Sergipe, o trabalho investigativo sobre a organização militar em estabelecimentos civis de ensino está por ser feito, visto que ainda não houve um despertar para a discussão de uma contribuição do Exército para esse tipo de formação. A obrigatoriedade de ofertar Instrução Pré-Militar e militar exigia adequação por parte das escolas públicas e particulares. Diante de tais considerações, pode-se dizer que há um campo vasto de pesquisa a ser explorado, especialmente porque é tradição no estado de Sergipe a formação nos quadros das forças armadas.⁹ Os estudos de Nascimento (2004), Mendes (2014) e Conceição (2012) apontam para a presença do militarismo na educação a partir da inserção de práticas específicas.

Nascimento (2004) busca compreender o processo de organização das primeiras instituições escolares que se dedicaram ao ensino agrícola em Sergipe desde sua implantação em 1924 até 2004, informando o regime disciplinar rígido inspirado em corporações militares.

O regime do Patronato era bastante rígido, inspirado em corporações militares, e adotava práticas como a de identificar os seus alunos por intermédio de números que lhes eram atribuídos e não pelos nomes civis, práticas que persistiram

8. Consultar a obra “Nação Armada: a mística militar brasileira” (Hayes 1991). Ver também Ferreira (2014).

9. “Sergipe certamente se colocava entre os Estados que mais enviavam jovens a escolas militares. O general Demerval Peixoto, que estudou em Realengo no início desse século, conta que entre as colônias que se formavam no regime de internato, de acordo com a procedência dos indivíduos, ‘as maiores eram de Sergipe, Alagoas e a do Rio de Janeiro’ (Dantas 1974[1999, p. 82]).

até a década de 70. [...] A prática de numerar os alunos era mais um mecanismo de controle disciplinar rígido, uma vez que a numeração atribuída ao estudante era marcada na sua roupa e em todos os objetos do seu uso. (Nascimento 2004, pp. 197-198)

O autor menciona um aviso expedido aos inspetores de alunos da instituição que informava sobre a necessidade do “toque de rancho” dez minutos antes das refeições e “só ao toque de reunir, os alunos entrem em forma”. Sobre isto, Joaquim Tavares da Conceição (2012) afirma que “diariamente, o corneteiro de plantão, um guarda de alunos ou um interno escolhido e instruído para a função, soava na corneta o sinal de ‘toque de alvorada’, toque do rancho’, ‘toque de revista’ e o ‘toque de silêncio’” (Conceição 2012, p. 185).

Segundo Nascimento (2004), além das normas disciplinares, a formação cívica era outra preocupação, e durante o Estado Novo os alunos que não compareciam às comemorações cívicas eram impedidos de realizar os exames finais.

Conceição (2012), em *Pedagogia de internar: história do internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967)*, também relata a existência de exercícios e práticas militares na instituição de 1934 até a década de 1950, o que o autor denomina “cultura de quartel”, e a formação cívica dada aos alunos.

Para garantir uma boa ‘exibição’ nas cerimônias cívicas, os internos recebiam instruções para a formação de pelotões e a forma adequada de ‘marchar’. De 1934 até o final da década de 1950, as instruções tinham um estilo militar e eram ministradas pelo professor de Educação Física, o sargento José de Sousa Sobrinho. As formaturas e os desfiles em estilo militar, além dos objetivos de homenagem e propaganda, serviam como auxílio à disciplina pelo exercício intensificado da ordem. (Conceição 2012, p. 154)

Até mesmo o fardamento utilizado na fase em que a instituição funcionou como Aprendizado Agrícola era em estilo militar: “caracterizado principalmente pelo uso de reúnas (botinas com elástico) e casquetes (bonés) comumente usados pelos militares na época”. (Conceição 2012, p. 85). Segundo o autor, a “cultura de quartel” esteve presente em outras instituições.

O estilo militar imposto aos internos também foi comum nos tradicionais colégios-internatos salesianos da primeira metade do século XX. Colégios-internatos particulares não-confessionais também utilizaram a cultura militar na disciplina dos seus alunos. Neste último caso pode ser citado o Colégio Tobias Barreto, situado em Aracaju e dirigido pelo professor José de Alencar Cardoso, que ficou famoso pela sua ‘organização militarizada’. (Conceição 2012, p. 180)

Com relação à instituição estudada por Conceição (2012), o autor afirma que a militarização se fez presente nas práticas de exercícios militares, no estilo do fardamento, nos horários, no tipo de dormitório, na organização dos desfiles cívicos, nos toques de corneta, entre outros (Conceição 2012, p. 180).

Mendes (2014) relata em sua dissertação de mestrado as práticas militares presentes na Cidade de Menores Getúlio Vargas, instituição voltada para acolher menores pobres e delinquentes e inaugurada em 1942 em Nossa Senhora do Socorro/SE. Um dos seus entrevistados, ex-interno, informou que a disciplina da instituição era a mesma do exército e cita como exemplos “o controle e a sinalização do tempo das atividades, a utilização de numeração no lugar dos nomes civis, ‘ordem-unida’ e a presença de militares entre os educadores, inclusive tendo um tenente do exército como Diretor Geral, o Tenente Ambrósio” (Mendes 2014, p. 149).

Nascimento (2008), ao estudar o escotismo de Estado no livro *A Escola de Baden-Powell: a cultura escoteira, associação voluntária*

e escotismo de estado no Brasil, afirma que não foi somente o Brasil que tentou se apropriar do movimento escoteiro para militarizar a infância. Ele faz um apanhado dos países que adotaram tais práticas, como a Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal e Cuba. O estudo mostra as características do movimento em cada país e sua relação com o modelo político adotado. Para ele:

A militarização da infância por meio do Escotismo escolar foi o caminho adotado por aqueles que pretenderam, no Brasil, transformar o movimento fundado por Baden-Powell em política de Estado. As principais lideranças políticas do país e intelectuais com responsabilidades como dirigentes da educação viam o Escotismo como um modelo pedagógico que poderia complementar o trabalho das escolas, oferecendo ao Escotismo importância, legitimidade e reconhecimento oficial. (Nascimento 2008, p. 272)

Com isso, é possível compreender que o projeto de militarizar a escola no Brasil se deu por entender que a educação militar incluía o sentimento de patriotismo, o desenvolvimento das virtudes cívicas, a moralização dos hábitos e a disciplina dos corpos, conforme apontam os estudiosos do tema.

Mangueira (2003) em sua dissertação de mestrado se propôs a reconstruir a história do Colégio Tobias Barreto, “visando compreender o alcance da concepção militarista na educação sergipana”. Ele analisou os motivos que levaram o professor José de Alencar Cardoso a fundar o Colégio Tobias Barreto em maio de 1909, em Estância, mostrando a relação existente entre a criação da instituição e o momento nacional vivido pelo Exército, cuja preocupação era o de consolidar o Exército Nacional. Tinha como objetivo principal compreender a execução de uma experiência educacional concebida por sergipanos egressos das Escolas Militares do Rio de Janeiro. Mangueira (2003) afirma que o colégio Tobias Barreto foi militarizado pelo Governo Federal no ano de

1919, quando formou a sua primeira turma de reservistas.¹⁰ Este é o trabalho, em Sergipe, que menciona as práticas de instrução na Escola de Instrução Pré-Militar nº 159. Sequência numérica que deixa clara a sua criação antes do Atheneu Sergipense.

Na condição de membro do Grupo de estudos “Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem”, procurei entre as publicações dos colegas os vestígios da Instrução Pré-Militar, especialmente entre os que estudaram alunos e impressos que circularam na escola. Eis que localizei os textos de Rodrigues (2015) e de Vidal (2009) que utilizaram o impresso *O Porvir*, jornal estudantil do Atheneu Sergipense. Rodrigues (2015), que descreve o conteúdo das matérias publicadas por alunos e nelas a ênfase dada ao fardamento “militar” no ano de 1932. Localizar a concepção dos alunos acerca da IPM nos jornais estudantis ou em outros tipos de impressos produzidos e distribuídos por estudantes é o trabalho de uma pesquisa em andamento.

Vidal (2009) estudou o jornal estudantil *O Necdalys*, e em sua dissertação afirma que as notas publicadas pelos estudantes mostram que havia “uma admiração deles pelo Exército brasileiro, por amor à pátria e não como mecanismo de servidão”. “Mocidade entusiasta pelas armas e, sobretudo educados nos sadios conhecimentos da instrução moderna, os alunos do Atheneu sabem compreender os altos misters da vida militar, isto é, a que está destinada atualmente a mocidade brasileira” (O Necdalys 1910, p. 4, *apud* Vidal 2009).

Rodrigues (2015) analisou o jornal estudantil *O Porvir* como uma iniciativa dos estudantes do Atheneu Sergipense. Composto por artigos, poemas, noticiários, propagandas, críticas e homenagens, “era possível perceber a presença marcante dos

10. “Junto a Zezinho Cardoso estiveram Abdias Bezerra e Arthur Fortes, executando um programa autoritário, porém modernizante da educação sergipana, que consistia na implantação de uma organização militarizada, que mantinha, num estabelecimento civil, o espírito da escola militar” (Mangueira 2003, p. 13).

militares naquele período, especialmente quando se verificava a veiculação de notícias sobre um modelo de farda militar que ‘iriam’ usar os alunos do Atheneu” (Rodrigues 2015, p. 9). Como não era o seu objetivo dar conta de analisar as questões de cunho militar naquela publicação feita pelos alunos, Rodrigues (2015) não se deteve nos textos e matérias veiculadas sobre os militares no Atheneu Sergipense.

A menção à “cultura militar” também se percebe no texto de Alves e Rodrigues (2016), “Mocidade Vitoriosa”: aspectos sobre *O Porvir*, um Jornal Estudantil do Atheneu Sergipense (1932), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 2016. As autoras, ao analisarem o jornal em seu conteúdo, constataram que “os alunos responsáveis pelo jornal *O Porvir* [...] estavam matriculados, nesse período, no curso pré-militar do Atheneu Pedro II [...]” (Alves e Rodrigues 2016, p. 226). Apresentaram as notícias veiculadas que tratavam da adoção do “fardamento militar” na instituição, mostrando que os dirigentes do jornal estudantil pareciam estar de acordo com os princípios das práticas militares na instituição. Naquela época eram responsáveis pelo *O Porvir* os alunos colaboradores: Felix Figueiredo (Presidente), Emílio Gentil (Gerente), Silvio Silveira (Redator) e Carlos Garcia (Redator), conforme indicaram as autoras.

Neste percurso percebi a importância das práticas de Instrução Pré-Militar para aquele momento que vivia o país, com a publicação da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, pois eram dados os primeiros passos no regime republicano e também o ingresso no Século XX com as promessas de mudanças nos âmbitos político, econômico e social. Com esse apanhado dos estudos coloco em evidência o quanto ainda carece de mais fôlego as investigações sobre educação e cultura militar, uma vez que a condição dada ao Exército de “regenerador social” requer um olhar mais atento da área de história da educação, porque é preciso pensar o que as práticas de Instrução Pré-Militar representaram para a juventude brasileira, com os jovens sendo assistidos por instrutores militares

e com uma alta carga de exercícios para fortalecer o corpo, além de uma bagagem teórica para entender a instituição Exército.

A IPM no sistema educacional brasileiro contou com o amparo e a defesa de intelectuais como Azevedo Amaral,¹¹ Gustavo Capanema,¹² Olavo Bilac, dentre outros que também se dedicaram ao tema. O fato de estar diretamente ligada aos Ministérios da Educação e da Guerra provocava alguns entraves na execução das práticas, pois ao Ministério da Educação cabia normatizar o ensino e ao Ministério da Guerra era reservada a política de definir os programas a serem executados pelos instrutores nos estabelecimentos civis de ensino.

Os entusiastas e defensores da IPM, como os que foram mencionados, viam na escola um excelente instrumento para garantir o regime de governo, e isso ficou ainda mais evidente e acentuado no período getulista ou era Vargas, como dizem alguns historiadores, a exemplo de Hilsdorf (2007). Pode-se afirmar que as escolas ou centros de IPM mantidos nas instituições civis de ensino poderiam servir como “laboratórios do exército” para desenvolver experiências acerca da instrução/educação militar.

-
11. Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Filho do engenheiro ferroviário Ângelo Tomás do Amaral e de Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral. Seu irmão, Inácio Manuel Azevedo do Amaral, foi reitor da Universidade do Brasil de 1945 a 1948. Formou-se em Medicina em 1903, profissão a qual cedo abandonou para dedicar-se à sua verdadeira paixão, o jornalismo político. Publicou “O Brasil na crise atual (1934)”; “A aventura política no Brasil (1935)”; “Renovação nacional (1936)”; “O Estado autoritário e a realidade nacional (1938)”; “A verdade sobre a Espanha (1938)”; além de artigos em revistas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em: 10/10/2017.
 12. Nasceu em 10 de agosto de 1900, no município de Pitangui-MG. Bacharel em Direito em 1924 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1934 foi nomeado ministro da Educação e Saúde Pública por Getúlio Vargas, cargo que exerceu por um período de 11 anos. Dados sobre a vida e a obra de Capanema podem ser encontrados em Badaró (2000) na obra intitulada “Gustavo Capanema – a revolução na cultura”.

O projeto educativo dos militares coadunou-se com a perspectiva de construção da nação brasileira, em vigor nas primeiras décadas do século XX, apesar das singularidades assumidas em cada um dos estados em que implantaram o seu projeto. Levar em conta essas relações significa adentrar dois campos de saber: o da História e o da Sociologia. Na busca desta aproximação entre a História e a Sociologia, Elias (1983[2001]) estabelece que:

A tarefa da sociologia é trazer para o primeiro plano justamente aquilo que costuma aparecer na pesquisa histórica como segundo plano desestruturado, tornando tais fenômenos acessíveis à investigação científica como o nexo estruturado dos indivíduos e de seus atos. Nessa mudança de perspectiva, os homens singulares não perdem, como às vezes tendemos a considerar, o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais, existindo por si mesmo. Não são mais vistos como sistemas totalmente fechados e vedados, cada um contendo o esclarecimento final acerca de um ou outro evento histórico, constituindo um começo absoluto. Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências. (Elias 1983[2001, p. 51])

Com base nas pesquisas da Sociologia e as ferramentas da História, é possível compreender e analisar a presença militar em escolas civis, deixando explícito o poder do Exército. Assim, o desafio tem sido o de encontrar os nexos e captar os sistemas que regem os “indivíduos singulares”.

Nessa tarefa de buscar os nexos, Reis (2010) colabora com a afirmação de que o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente e fascinante. O esforço do historiador é de se aproximar

do real adequadamente, “realizando as seguintes operações cognitivas: registro, memorização, revivência, reconstrução, interpretação, compreensão, descrição, quantificação, narração, análise e síntese” (Reis 2010, p. 17). Desse modo, o que aproxima a história das ciências sociais é o “objeto comum” – o homem social.

Para entender as práticas sociais, educativas e os objetivos dos militares é necessário atentar para as ambiguidades e contradições de um projeto regulamentado por leis e instruções, cujo intuito era o de ampliar a ação do Exército no sistema educacional brasileiro e permitir aos setores governamentais do país a organização da infância e da juventude em um movimento militarizante e de exaltação do sentimento patriótico. Os estudiosos da História Cultural têm alertado para o fato de que é possível fazer história da educação a partir de diversos elementos, inclusive, dos silenciamentos. A partir dessa ideia, a Instrução Pré-Militar é vista e analisada na perspectiva de ter maiores possibilidades de “imaginar” o passado de forma mais vívida.

Neste curso de investigação, o conceito de disciplinas escolares norteia o pensar sobre as práticas de IPM, o papel dos instrutores militares, as produções didático-pedagógicas para uso de alunos e professores, enfim, permite refletir sobre a “liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia” (Chervel 1990, p. 193). Para Chevel:

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposições, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação de um aparelho docimológico, os quais, em cada estado de disciplina funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (1990, p. 207)

As práticas de Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense levaram-me aos regulamentos e às normas que permitem entrar em um campo com posições bem definidas, inclusive hierarquicamente. Assim, um espaço social conceituado como campo se apresenta como um espaço estruturado de posições “cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (Bourdieu 1983[1989, p. 89]). É a partir de tal entendimento de que campo é o lugar das relações de forças, é o lugar da construção de uma forma específica de capital simbólico, é um espaço de lutas para conservar ou transformar as relações ali existentes que analiso o lugar ocupado pelas práticas de Instrução Pré-Militar.

A posição ocupada por instrutores militares na condição de agentes do campo define as regras e estipula as relações entre alunos, professores e diretores da escola. Assim, entende-se que o campo é um espaço social que obedece a regras específicas, estabelecidas a partir das relações dos sujeitos entre si. A ideia de campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes nas instituições ou nos seus agentes e não tem sentido se não for relacionalmente, por meio dos jogos das oposições e das distinções.

Ao estudar a IPM pela via das normas, práticas e os materiais didáticos de ensino, certamente não posso fazer sem os profissionais envolvidos, os instrutores, os alunos e os diretores do Atheneu Sergipense. Recorro a Felgueiras (2010), para quem

A cultura material escolar revela uma civilização que cria a escola e ao mesmo tempo a sociedade que é criada pela escola. Os objetos possuem um pouco da nossa alma pois estruturam as nossas vidas e estão impregnados das significações e de afetos que nos constituem como pessoas. (Felgueiras 2010, p. 31)

O termo cultura material escolar ganhou contornos na área da História da Educação nos últimos anos, segundo Souza (2000) influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação.

Certeau (1980[2011]) com o conceito de práticas coloca em evidência que toda atividade humana pode ser cultura, mas para isso é preciso que seja reconhecida como tal por aqueles que a praticam, pois “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (Certeau 1980[2011, p. 142]). Com isso, desloca a atenção dos produtos recebidos para a criação anônima, ou seja, as “artes de fazer” dos sujeitos. Neste livro, procuro encontrar sentido nas artes de fazer dos instrutores e alunos da Escola de instrução Pré-militar, legitimando seus saberes, estratégias e táticas, buscando compreender suas regras próprias e, desta forma, compreendendo suas práticas. Para o autor, as representações são a produção de uma imagem, de uma forma de ver e o simples fato de circular uma representação não denota o que ela é para os seus usuários: “é ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam”, e assim apreciar a possibilidade de uma “produção secundária nos processos de sua utilização” (Certeau 1980[2011, p. 39]).

Os conceitos de representação e prática de Roger Chartier (1988[1990]) não podem ser pensados fora das relações de poder que os constituem, uma vez que inserem “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier 1988[1990, p. 17]). Embora as representações aspirem a uma universalidade, são definidas pelos interesses do grupo que as forjaram, por isso a necessidade de relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Além disso, Chartier afirma que:

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas-, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (Chartier 1988[1990, p. 17])

É desta forma que compreendo os discursos presentes nos documentos localizados, como produtores de estratégias e práticas que buscaram impor uma “autoridade à custa de outros”, “a legitimar um projeto reformador” ou para justificar suas escolhas e condutas. Os discursos patrióticos e civilizatórios proferidos pelo exército com objetivos educacionais tentaram impor uma concepção de mundo social e seu domínio sobre esta área.

O conceito de figurações (configurações) entre as aproximações da História e da Sociologia no âmbito da História da Educação permitiu-me entender que as ações efetivadas pelos instrutores militares aos jovens se deram em figurações específicas, caracterizadas pelo ideal comum da formação integral humana, através do desenvolvimento de comportamentos e habilidades. O projeto dos militares coadunou-se com a perspectiva de construção da nação brasileira, em vigor no período aqui estudado. Com Elias (1983[2001]) é possível entender as “figurações (configurações)”, pois a escola de Instrução Pré-Militar insere-se realmente em situações sociais singulares, apesar das “figuras históricas individuais” que a constituem. Os estudos e as categorias de análise

dos pesquisadores me auxiliaram na compreensão dos processos vividos por alunos e instrutores militares no período estudado e foram fundamentais na análise das fontes, escolhidas dentre o conjunto de documentos existentes: ofícios recebidos e expedidos pelos instrutores, telegramas, boletins, atas, leis, decretos, jornais da época, fotografias, boletins regimentais, dentre outros.

Este livro é composto por três capítulos. No primeiro, traço um perfil historiográfico dos estudos sobre militares e educação, apontando os significados e destinatários da IPM. Destaco o papel da instrução militar preparatória nas escolas civis e mostro programas de ensino da IPM. Para o capítulo seguinte reservei a discussão sobre as práticas dos instrutores militares no Atheneu Sergipense, como indício de disciplina escolar, localizando os processos formativos de instrutores e alunos do Atheneu Sergipense. No último capítulo dediquei-me aos manuais didáticos, destacando o lugar que ocuparam na consolidação da IPM, caracterizando-os e destacando as finalidades, os conteúdos e avaliação, além de habilidades e conhecimentos.